

◆ UNIDADE

9

Geopolítica

Capítulo 28 - Estado-nação,
território e poder, 644

Capítulo 29 - Geografia dos
conflitos armados, 664

Capítulo 30 - Conflitos
regionais na ordem global, 682

ED JONES/AP



Durante a Guerra Fria, havia grande rivalidade entre os Estados Unidos e a União Soviética pela hegemonia mundial. A queda do muro de Berlim e o fim da União Soviética marcaram o fim dessa lógica bipolar, mas não geraram um sistema de Estados mais estável. O mundo contemporâneo é palco de uma multiplicidade de conflitos nacionais e civis, que desafiam os equilíbrios de poder regionais e as fronteiras políticas, além de atingir duramente a economia dos países afetados e colocar em risco a vida de milhões de pessoas.



Durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), o antigo território coreano foi ocupado pelo Japão. Após a derrota japonesa no conflito, a península foi dividida em Coreia do Norte e Coreia do Sul: a porção do norte da península ficou sob controle soviético e a do sul, sob o domínio estadunidense. A Coreia do Norte, país governado por uma dinastia desde o fim da Segunda Guerra Mundial, está sujeita a sanções impostas por diversos organismos internacionais em razão de seu programa nuclear. Na foto, vista geral de parada militar comemorativa do 65º aniversário da Coreia do Norte, fundada em 1948, em Pyongyang (Coreia do Norte, 2013).

CAPÍTULO

28

Estado-nação, território e poder

As fronteiras políticas internacionais demarcam Estados soberanos. As fronteiras estratégicas resultam de alianças e pactos firmados entre Estados como forma de defesa.

► Estados territoriais e Estados nacionais

O Estado territorial teve origem no Renascimento, quando os monarcas passaram a exercer soberania sobre um território definido. O Estado nacional é herdeiro da Revolução Francesa e dos ideais de cidadania.

Os Estados se organizam de diferentes formas políticas e com ordenamentos jurídicos diversos.

► Além do Estado: as fronteiras estratégicas

O sistema de pactos e alianças firmados entre Estados soberanos configura as fronteiras estratégicas.

ENEM

C2: H7, H9

C3: H15



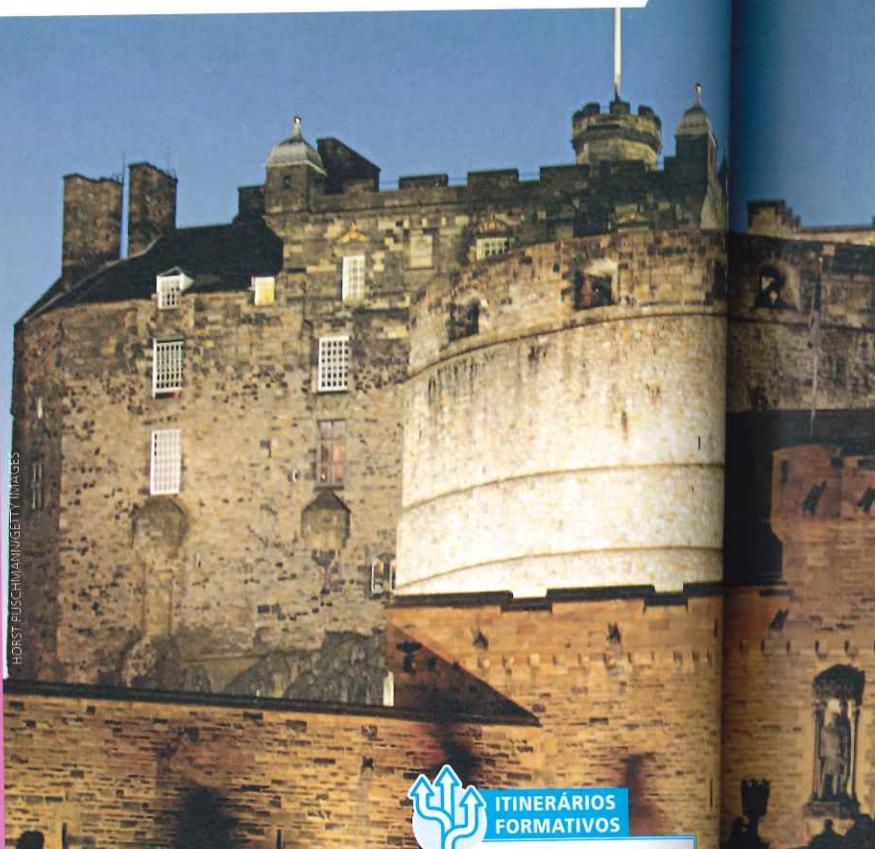
EM13CHS203

EM13CHS204

EM13CHS603

EM13CHS604

Vista noturna do Castelo de Edimburgo (Escócia, 2013).



HONEST PUSCHMAN/GETTY IMAGES



ITINÉRIOS
FORMATIVOS

Aprofundar conceitos fundantes das ciências para a interpretação de ideias, fenômenos e processos.



DAVID MOIR/ELUTENS/FOTOGRAFIA

Em plebiscito realizado em 2014, a maioria da população votou pela permanência da Escócia como membro integrante do Reino Unido. Parte dos escoceses reivindicava a emancipação do país como um Estado totalmente soberano. Na foto, manifestantes pró-independência em Edimburgo (Escócia, 2012).



THOMAS IMAGINEPHOTO/GETTY IMAGES

O Muro de Berlim foi uma fronteira imposta por questões geopolíticas e estratégicas após a Segunda Guerra Mundial, durante o período conhecido como Guerra Fria. Construído em 1961, dividia Berlim entre Berlim Ocidental e Berlim Oriental, separando os espaços e os habitantes da cidade. Em 1989, diversas manifestações de protesto pediam a reunificação alemã, resultando na queda do muro em novembro desse mesmo ano. Berlim (Alemanha Ocidental, 1989).

1. Estabeleça uma relação entre as manifestações populares ocorridas na Escócia e em Berlim, em épocas distintas.
1. As duas manifestações diziam respeito à soberania dos países. A de Berlim pretendia a derrubada do Muro de Berlim e a Reunificação da Alemanha. A da Escócia pleiteava a independência do país.
2. Você conhece outros países ou regiões que se tornaram ou querem se tornar Estados independentes?
2. Resposta pessoal. Como exemplo do primeiro caso, o aluno poderia citar o Sudão do Sul. No segundo caso, Kosovo, Chechênia, Ossétia do Sul, Curdistão.

TERMOS E CONCEITOS

- fronteira
- soberania
- território nacional
- Estado territorial
- Estado nacional
- Estado unitário
- organização federativa
- organização confederativa
- república
- monarquia



Audiovisual
• O conceito de geopolítica

TIM GRAHAM/GETTY IMAGES

Estados territoriais e Estados nacionais

As **fronteiras** definem a extensão geográfica da **soberania** do Estado. No interior do espaço que delimitam, ou seja, no **território nacional**, o poder do Estado é soberano. É ele que estabelece as divisões internas, realiza os censos, organiza as informações sobre a população e as atividades econômicas e formula estratégias de desenvolvimento ou de proteção desse território.

A noção política de fronteira foi elaborada pelo **Império Romano**. O **limes** – uma linha demarcatória dos limites do império – separava os romanos dos “**bárbaros**”. As célebres legiões romanas protegiam o império, guarnecendo o *limes*. Estar no interior do espaço demarcado pelo *limes* era fazer parte da civilização romana. Estar no exterior desse espaço equivalia a ser bárbaro, termo depreciativo que englobava em um único conjunto uma infinidade de povos.

A noção contemporânea de fronteira política internacional separando Estados soberanos, porém, surgiu no final da Idade Média, com os **Estados territoriais**.

Durante a Idade Média, o poder político não estava unificado geograficamente, mas encontrava-se fragmentado em um mosaico de principados, condados, ducados e domínios eclesiásticos, cada um com suas leis e regras. Os reis não podiam aplicar impostos sem antes obter a concordância das aristocracias regionais. Cada uma das grandes linhagens aristocráticas possuía seu próprio exército. Alguns desses exércitos eram maiores que o do rei.

O poder político nessa época não era territorial, mas pessoal. No auge do feudalismo europeu, as leis escritas foram substituídas pelas tradições locais, interpretadas pelo senhor de terras. Casamentos entre aristocratas de linhagens diferentes unificavam domínios, reorganizando o poder político segundo as ligações familiares.

Trecho da Muralha de Adriano, em Northumberland, Reino Unido. Foto de 2019. A muralha, localizada na região da fronteira entre Escócia e Inglaterra, foi construída pelos romanos em 122 e visava impedir que os povos que viviam na atual Escócia invadissem seu território.



Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Est

O poder definiram dos in dência

O E ritório ou seja do mo



Estad

A Re formaçã burgues nobreza giraram qu da Bastil do clero tribunais ração do fundame o direito e transfe

Pouco ção franc estabelec Legislativ clamou a reuniao os naciona

Estado territorial

O Estado territorial originou-se na Europa do **Renascimento**, quando o poder político foi unificado pelas monarquias e ganhou uma base geográfica definida, passível de ser delimitada por fronteiras lineares. Nessa época, foram criados exércitos regulares sob as ordens do rei e corpos estáveis de funcionários burocráticos, que, entre outras coisas, organizavam a coleta dos impostos. Algumas cidades tornaram-se capitais permanentes, residência fixa do monarca e sede do aparelho administrativo.

O Estado territorial correspondeu à **monarquia absolutista**. Nele, o território era patrimônio do monarca, fonte de toda a soberania. Os súditos, ou seja, todos aqueles que viviam nos territórios unificados pela soberania do monarca, deviam-lhe obediência e lealdade.



Estado Nacional

A **Revolução Francesa** de 1789 assinalou um momento-chave da transformação do Estado territorial absolutista em Estado nacional. A revolta da burguesia contra o poder absoluto do monarca e contra os privilégios da nobreza explodiu em 20 de junho de 1789, quando seus representantes exigiram que o rei convocasse uma **Assembleia Constituinte**. Depois da **Queda da Bastilha**, a Assembleia Constituinte revogou os privilégios da nobreza e do clero, tais como servidão, dízimo, monopólios, isenções de impostos e tribunais especiais. No dia 26 de agosto daquele ano, era divulgada a Declaração dos Direitos do Homem. Esse documento previa princípios e garantias fundamentais, como a liberdade, a segurança e a propriedade, e estabelecia o direito à rebelião contra a tirania. A soberania era retirada das mãos do rei e transferida para o povo, ou seja, para os **cidadãos**.

Pouco depois, o novo Estado encontrou sua moldura jurídica. A Constituição francesa de 1791 adotou a **doutrina dos três Poderes** de Montesquieu, estabelecendo a separação entre os poderes básicos do Estado: Executivo, Legislativo e Judiciário. Em 1792, a Revolução derrubou a monarquia e proclamou a **república**. Uma convenção nacional, eleita por sufrágio universal, reunia os representantes do povo. Definia-se, assim, o formato do **Estado nacional** contemporâneo.

O luxuoso palácio de Versalhes, nos arredores de Paris, foi sede da monarquia francesa de 1682 a 1789, período em que abrigou a corte. Em 1837 foi transformado em museu. Versalhes (França, 2013).

Queda da Bastilha: a Bastilha, forte medieval situado no lado leste de Paris, foi transformada em prisão e em símbolo do poder absolutista no século XVI. A Queda da Bastilha, ou seja, a tomada da antiga prisão pelas forças populares, ocorrida em 14 de julho de 1789, transformou-se em marco simbólico da Revolução Francesa.

Montesquieu: filósofo iluminista do século XVIII, autor de *O espírito das leis*, obra que sistematiza a teoria dos três Poderes.

Perspectiva cidadã

Bolívia: o chão, a nação e o cífrão

1. A Bolívia nasceu da "acomodação" entre duas grandes linhas de força: o Vice-Reino do Prata, ao qual estava ligado Charcas (atual Sucre), e o Vice-Reino do Peru, ao qual

se conectava La Paz. Por isso, o país acabou por oficializar a existência das duas capitais.

2. Não, pois, para existir nação, é preciso que a população tenha direitos de cidadania, o que não era o caso dos povos indígenas.

"A formação territorial dos países sul-americanos inscreve-se no dramático processo de acomodações geopolíticas e expedientes históricos iniciados pela derrocada dos impérios ibéricos. Na América Portuguesa, como sabemos, esse processo resultou na unidade do Estado brasileiro, consolidada durante o período imperial. No caso da América Hispânica, as linhas de fratura que separavam as elites econômicas e políticas dos vice-reinos e audiências resultaram no esfacelamento, materializado pela emergência de Estados independentes que nada tinham a ver com realidades supostamente nacionais.

Essas linhas de fratura, no entanto, nem sempre eram suficientemente claras: em muitos casos, havia justaposições e conflitos de jurisdição entre os centros de poder. A Audiência de Quito, por exemplo, era reclamada tanto pela Colômbia, herdeira do Vice-Reinado de Nova Granada, como pelo Peru, e acabou se transformando no Equador independente.

A Bolívia nasceu de uma acomodação geopolítica semelhante. Neste caso, tratava-se de contornar a disputa envolvendo o Peru e o Vice-Reinado do Rio da Prata. Esta situação ajuda a explicar a dupla capitalidade do país: La Paz nasceu na sombra do ouro de Lima; Charcas (atual Sucre) é uma herança das relações com o vice-reinado platino.

Os sucessivos episódios de retração territorial que marcam a história da Bolívia atestam a fragilidade do expediente histórico que lhe deu origem: entre os séculos XIX e XX, o país perdeu mais da metade do seu território original. A derrota para o Chile na Guerra do Pacífico (1879-1883) resultou na perda da região de Atacama, única saída marítima. Em 1903, o território do Acre foi anexado ao Brasil, mediante indenização. Finalmente, na Guerra do Chaco (1932-1935), o Paraguai se apossou de parte da planície oriental.

No plano interno, perpetuava-se a estrutura econômica herdada do período colonial, baseada na extração mineral, na extrema concentração da propriedade fundiária e na exploração do trabalho indígena. Os índios, maior parte da população, trabalhavam nas minas e nas grandes fazendas, mas eram excluídos do jogo político e viviam em um estado de miséria aterradora até para os modestos padrões sul-americanos. Na ausência de um corpo essencial de cidadãos, o Estado boliviano não poderia se constituir em uma nação de fato.

Em muitos sentidos, a nação boliviana é tributária da Revolução Nacionalista de 1952, protagonizada pelo Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), aglutinando os sindicatos mineiros, os camponeses e uma parte das Forças Armadas. A partir de então, o direito ao voto foi estendido



CSU ARCHIVES/VERETT COLLECTION/FOTOARENA

Policiais e civis patrulham ruas durante Revolução Nacionalista em La Paz (Bolívia, 1952).

aos analfabetos, e a maioria indígena finalmente alcançou o *status* de cidadãos. As minas de estanho foram nacionalizadas, e teve início uma ampla política de reforma da propriedade rural.

Nas décadas seguintes, porém, a Bolívia foi sucessivamente atingida pelas ondas de ditaduras militares e de receituários políticos neoliberais que se alastraram pela América Latina, apesar da feroz resistência dos trabalhadores mineiros e dos camponeses. [...]

A eleição do líder sindical Evo Morales, em 2005, se inscreve nessa tradição de lutas populares. Afinal, pela primeira vez na história, um indígena assume a presidência do país, com uma plataforma de governo que pretendia reforçar o controle do Estado na economia, dar maior poder à maioria pobre do país e retomar a política de reforma agrária, essencial em um país no qual 0,63% das propriedades concentram 66% da terra agricultável, enquanto 86% das fazendas ocupam escassos 2,4%."

ARAÚJO, Regina. Bolívia: o chão, a nação e o cífrão. Boletim mundo: geografia e política internacional. São Paulo: Pangea, ano 16, n. 6, p. 3, out. 2008.

1. Estabeleça uma relação entre a "dupla capitalidade" e o processo de formação territorial da Bolívia.
2. O Estado boliviano nasceu com a nação boliviana? Justifique sua resposta.
3. Embora a Bolívia seja constituída de uma maioria de indígenas, nem sempre estes foram considerados cidadãos bolivianos. Explique como essa situação foi modificada.

A organização do Estado nacional

O poder do Estado é exercido por um conjunto de instituições governamentais, executivas, legislativas ou judiciárias. Essas instituições regulam a vida política da sociedade instituída no interior do seu território. A Constituição é a norma jurídica que ordena as relações entre as instituições do Estado e define os direitos e deveres dos cidadãos. A sede do poder político é a **capital**, uma cidade que tem a função especial de abrigar os órgãos centrais do Estado.

A diversidade das formas de organização do Estado reflete diferentes opções de distribuição do poder político. Do ponto de vista territorial, as maneiras mais difundidas são o Estado unitário, a organização federativa (federação) e a organização confederativa (confederação).

Estado unitário

O **Estado unitário** possui um governo único com plena **jurisdição** nacional. Mesmo que esteja subdividido em entidades subnacionais, tais como províncias (como o Brasil na época do império), regiões (como na Itália) ou departamentos (caso da França), o país segue apenas a constituição nacional. Isso significa que as entidades subnacionais não possuem legislação própria e seus dirigentes limitam-se a exercer funções administrativas.

Nesses Estados, o poder estatal pode promover a desconcentração e delegar algumas atribuições às entidades subnacionais a ele subordinadas. Alguns países, no entanto, podem optar por concentrar essas atribuições e até mesmo eliminar as entidades subnacionais. A maioria dos países do mundo é formada por Estados unitários.

Jurisdição: refere-se ao poder e à soberania de um Estado para redigir leis e ministrar o cumprimento da justiça em determinado território.

Organização federativa

O **organização federativa** oferece um elevado grau de autonomia política para as entidades subnacionais (estados, províncias, cantões ou repúblicas). Os governos das unidades federadas, com base em legislação própria, decidem sobre assuntos relacionados a políticas sociais e a questões orçamentárias, por exemplo. No entanto, a legislação autônoma das unidades federadas é subordinada às diretrizes da Constituição Federal, que reserva ao governo central a autoridade sobre as esferas mais importantes do exercício do poder (como o controle sobre as forças armadas, a emissão da moeda nacional e as relações internacionais).

O sistema federal surgiu nos Estados Unidos da América, em 1787, como forma de estabelecer uma unidade nacional ao novo país a partir das antigas Treze Colônias. Até hoje, as unidades federadas do país dispõem de autonomia para legislar até mesmo sobre assuntos bastante polêmicos, como a pena de morte. Além dos Estados Unidos, países como Canadá, Austrália, Alemanha, México, Índia e Brasil adotam o sistema federativo. No Brasil, no entanto, a autonomia dos estados é menor quando comparada à dos países mencionados.



KEN WELSH/ALAMY/FOTOARENA

Florença, capital da Toscana (região italiana). Foto de 2020. A Itália é uma república parlamentar unitária e suas regiões estão subordinadas ao poder central.



KCNA/ZUMA/EYEVINE/IMAGESPLUS

A Coreia do Norte é um Estado unipartidário, ou seja, governado por um sistema de partido único. Na foto, o líder norte-coreano Kim Jong-un durante sessão de fotos com os participantes de um encontro do núcleo de treinamento militar e político na capital do país, Pyongyang (Coreia do Norte, 2015).



TOBY MELVILLE/REUTERS/FOTOARENA

Rainha Elizabeth II aguarda para pronunciar seu discurso na abertura do Parlamento, no Palácio de Westminster, em Londres (Inglaterra, 2013).

Organização confederativa

A **organização confederativa** baseia-se no princípio da reunião de entidades políticas soberanas. O Estado consiste em um contrato político que pode ser legalmente desfeito, com a separação das partes constitutivas. Cada uma das repúblicas confederadas possui sua Constituição e pode até mesmo emitir moeda e manter Forças Armadas próprias. O governo confederado conserva apenas os poderes a ele atribuídos pelo contrato entre as repúblicas, como o de representá-las nas instituições internacionais. Diversas confederações foram formadas ao longo da história – por exemplo, na Alemanha, entre 1815 e 1866; na Suíça, nos anos de 1815 a 1848; e nos Estados Unidos, no período de 1778 a 1787 –, mas se mostraram incapazes de manter a estabilidade e a unidade territorial nesse formato.

Repúblicas e monarquias

Do ponto de vista do ordenamento jurídico-político, as formas de organização do Estado compreendem diversos tipos de república e de monarquia. Nas **repúblicas**, o **chefe de Estado** é escolhido pelos cidadãos ou, no caso das ditaduras, imposto pelas Forças Armadas (caso de Mianmar), pela elite política dirigente (caso da China, Cuba ou da Coreia do Norte) ou pela cúpula religiosa (caso do Irã). Nas **monarquias**, o chefe de Estado pertence a uma linhagem dinástica.

As repúblicas são **presidencialistas** quando o presidente acumula as funções de chefe de Estado e chefe de governo. É o que acontece, por exemplo, nos Estados Unidos, no Brasil, na Argentina e na África do Sul. Nas **repúblicas parlamentaristas**, o presidente é apenas chefe de Estado, pois a chefia de governo é exercida pelo primeiro-ministro, que representa a maioria parlamentar. Esse sistema é adotado na Alemanha, na Itália e na Índia, entre outros países. Há ainda sistemas mistos, nos quais o presidente divide as funções de chefe de governo com o primeiro-ministro, como ocorre na França.

As **monarquias democráticas** adotam regimes de governo parlamentaristas, como ocorre no Reino Unido, na Espanha, na Suécia e no Japão. Nas **monarquias autoritárias**, o soberano (rei, sultão, emir ou príncipe) exerce as funções de chefe de governo, seguindo regras tradicionais ou legislação religiosa. Entre os exemplos desse tipo de regime encontram-se Arábia Saudita, Butão e Marrocos.

• Questões de revisão

- O que é o Estado unitário? No que ele se distingue de uma federação?
- Como se dá a organização confederativa do Estado?

Além do Estado: as fronteiras estratégicas

Durante os séculos XVIII e XIX, configurou-se um sistema de equilíbrio econômico, militar e político entre as principais potências europeias, como a Grã-Bretanha, a França e a Rússia. No final do século XIX, a Alemanha concluiu seu processo de unificação, e também despontava como potência. Já os Estados Unidos apresentavam um crescimento industrial acelerado, mas seu poderio ainda era restrito no cenário global. Tratava-se de um **sistema multipolar**, ou seja, constituído por vários polos de poder.

As guerras mundiais do século XX mudaram esse panorama. Em 1917, antes de terminar a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), a Rússia viveu uma revolução socialista e, em 1922, formou-se a **União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS)**, que chegou a reunir 15 repúblicas do Leste Europeu e da Ásia. Um frágil equilíbrio de poder resistiu precariamente até o final da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), quando emergiu em seu lugar um **sistema bipolar**, com base na rivalidade entre duas superpotências: os Estados Unidos e a União Soviética.

Guerra Fria

A partir de 1947, os Estados Unidos consolidaram sua influência no mundo. Dessa maneira, após a Segunda Guerra Mundial, o centro de poder havia se deslocado. Dois blocos antagônicos disputavam a hegemonia mundial: o capitalista e o socialista, cada qual representado por uma potência emergente.

A rivalidade entre as novas superpotências do pós-guerra ultrapassou o âmbito estratégico e diplomático para se expressar também como contraposição de modelos de organização social e econômica.

No pós-guerra, a URSS preocupou-se em reconstruir-se e visava também à expansão do socialismo para além de suas fronteiras. Os Estados Unidos, por sua vez, buscavam manter os mercados mundiais e assegurar a expansão do capitalismo.

No plano estratégico, o sistema bipolar enfatizava a capacidade militar, materializada nos arsenais nucleares. A posse de arsenais capazes de reduzir o mundo a escombros tornou-se uma marca das superpotências. A paz era impossível, mas a guerra significaria a aniquilação mútua das superpotências e, por consequência, da população mundial, já que os alvos das suas armas atômicas, e até biológicas, se espalhavam por diversas partes do planeta.

A **Guerra Fria** foi a expressão desse “equilíbrio do terror”. Nesse período, apesar de não ter havido um confronto direto, ocorreram diversas guerras e revoluções financiadas pelas duas potências, como as guerras da Coreia (1945-1953) e do Vietnã (1961-1975).

As áreas de influência

Após a Segunda Guerra Mundial, a Europa perdeu a condição de centro do poder internacional, mas foi o principal cenário de confrontação das superpotências e alinharam-se a elas. No plano geopolítico, os Estados europeus alinharam-se com as superpotências. Na parte ocidental do continente, formou-se um bloco de Estados aliados dos Estados Unidos. Na parte oriental, constituiu-se um bloco de Estados-satélites da União Soviética.

As conferências do pós-guerra, realizadas em 1945, reuniram os chamados “Três Grandes” (Estados Unidos, União Soviética e Grã-Bretanha) e resultaram na bipartição geopolítica da Europa.

TERMOS E CONCEITOS

- **sistema multipolar**
- **sistema bipolar**
- **Guerra Fria**
- **Europa Ocidental**
- **Europa Oriental**
- **economia de mercado**

Plano Marshall: plano concebido pelo secretário de Estado estadunidense George Marshall, que envolveu a transferência de 17 bilhões de dólares a título de fundos e créditos, destinados a reerguer a economia dos países europeus arrasados pela Segunda Guerra. Grã-Bretanha, França, Itália e Alemanha Ocidental foram os principais beneficiários desse plano.

Bloqueio de Berlim: bloqueio de todas as estradas e ramais ferroviários que abasteciam os setores ocidentais de Berlim, ordenado pelo governo soviético em junho de 1948. Até maio de 1949, enquanto durou o bloqueio, todos os suprimentos destinados aos setores de Berlim ocupados pelas tropas britânicas, estadunidenses e francesas foram enviados exclusivamente via transporte aéreo.

Conferências de Yalta e Potsdam

Na **Conferência de Yalta** (fevereiro de 1945), as potências ocidentais aceitaram a exigência soviética de constituição de governos comandados pelos comunistas na Polônia, Tchecoslováquia, Hungria, Romênia, Bulgária, Iugoslávia e Albânia. O Leste Europeu tornou-se uma **área de influência soviética**.

A **Conferência de Potsdam** (julho de 1945) concentrou-se na reorganização administrativa do território alemão. A Alemanha derrotada foi dividida em quatro zonas provisórias de ocupação militar, subordinadas aos chefes das forças estadunidenses, britânicas, francesas e soviéticas. Um Conselho Interaliado assumiu a gestão do conjunto do território até a "desnazificação" e a convocação de eleições gerais. Em Berlim, a velha capital situada na zona soviética, foi aplicado um esquema semelhante, com a criação de quatro setores de ocupação militar.

O início da Guerra Fria

A Guerra Fria foi deflagrada em 1947, com a **Doutrina Truman**, que fixava como prioridade da política externa estadunidense a "contenção" do expansionismo soviético, atribuindo aos Estados Unidos a liderança sobre a Europa Ocidental. O **Plano Marshall** (1948-1952), voltado para a reconstrução das economias europeias, funcionava como instrumento privilegiado da "contenção" e base para a formação de uma Europa Ocidental estrategicamente vinculada aos Estados Unidos.

Entre 1947 e 1949 os regimes políticos de coalizão nacional, formados no leste do continente europeu a partir de Yalta, deram lugar a sistemas de partido único. Os partidos comunistas assumiram o monopólio do poder, sustentados pela presença das tropas soviéticas. Em 1948, a Iugoslávia rompeu com Moscou, encaminhando-se para um "socialismo não alinhado", com base também no poder do partido comunista. Naquele mesmo ano, seria a vez da Albânia romper com Moscou, passando a uma posição de isolamento internacional.

Em 1948-1949, a reforma monetária nas zonas ocidentais da Alemanha, que sustentava a aplicação do Plano Marshall, desencadeou a crise do **Bloqueio de Berlim**. O resultado da crise foi a divisão geopolítica da Alemanha em dois Estados: a República Federal da Alemanha (RFA), aliada ao bloco ocidental capitalista, com capital em Bonn, e a República Democrática Alemã (RDA), ligada ao bloco comunista, com capital em Berlim Leste.

O Muro de Berlim

A Guerra Fria gerou a divisão geopolítica da Europa que perdurou até 1989, com a queda do **Muro de Berlim**, que dividia a cidade desde 1961. Esse muro foi construído pelos alemães orientais com o objetivo de frear o êxodo de trabalhadores que se dirigiam para o lado ocidental em busca de trabalho, em razão do êxito do Plano Marshall.

A fronteira estratégica, denominada pela expressão **Cortina de Ferro**, passou a separar dois espaços antagônicos: o Ocidente, organizado em torno da economia de mercado e liderado pelos Estados Unidos, e o Leste, reestruturado pela planificação central da economia e subordinado à União Soviética.



Fonte: BONIFACE, Pascal (dir.). *Atlas des relations internationales*. Paris, Hatier, 2003. p. 70.

As alianças estratégicas

A Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), aliança militar criada em 1949, e as organizações econômicas europeias (a Comunidade Europeia e a Associação Europeia de Livre-Comércio) funcionaram como pilares da Europa Ocidental.

O Pacto de Varsóvia, aliança militar fundada em 1955, e o Conselho Econômico de Assistência Mútua (Comecon), estabelecido em 1949, funcionaram como pilares da Europa Oriental. Com exceção de alguns Estados neutros de economia capitalista e da Iugoslávia (e, depois, da Albânia), todos os demais países do continente colocaram-se à sombra das superpotências.

Associação Europeia de Livre-Comércio: organização criada em 1958, por iniciativa da Grã-Bretanha, com o objetivo de agrupar países da Europa Ocidental que não aderiram ao tratado que criou a Comunidade Europeia. Hoje, apenas Islândia, Noruega, Suíça e Liechtenstein pertencem a essa organização.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

FRONTEIRAS ESTRATÉGICAS NA EUROPA DA GUERRA FRIA



Fonte: FOUCHER, Michel (dir.). *Fragments d'Europe: atlas de l'Europe médiane et orientale*. Paris: Fayard, 1993. p. 11 e 53.

O MUNDO BIPOLAR – 1948-1991



Bloco ocidental

- Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan)
- Países aliados do bloco ocidental por acordos de cooperação militar

— Linha de enfrentamento Leste-Oeste

■ Países que possuíam armas nucleares

Bloco comunista

- Pacto de Varsóvia
- Países comunistas não aliados à URSS
- Países aliados do bloco comunista por acordo de cooperação militar ou tratado de amizade

Fonte: *El atlas de Le Monde Diplomatique II*. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2006. p. 52.

O espaço europeu depois da Guerra Fria

Em 9 de novembro de 1989, sob o fogo de imensas manifestações populares nas maiores cidades do país e a pressão das reformas do líder soviético Mikhail Gorbachev, o regime comunista da Alemanha Oriental anunciou a abertura da fronteira interalemã de Berlim. Essa fronteira, brutalmente materializada no Muro de Berlim, simbolizava a divisão da Alemanha e a bipartição geopolítica do continente.

A queda do Muro de Berlim assinalou o encerramento da Guerra Fria. Nos meses anteriores, um movimento popular havia derrubado os regimes de partido único do bloco soviético na Europa Oriental. Nos dois anos seguintes, dissolveram-se o Pacto de Varsóvia e o Comecon, que cimentavam o espaço geopolítico da Europa Oriental. Paralelamente, desenrolou-se a reunificação alemã, sob a forma da incorporação da RDA pela RFA. Em dezembro de 1991, a própria União Soviética completou sua implosão, fragmentando-se em 15 Estados, formalmente independentes.

O fim da Guerra Fria desencadeou o processo de mudanças de fronteiras e estabelecimento de novos Estados na Europa Centro-Oriental.

Em 1999, concluiu-se a primeira fase de expansão da Otan, com a adesão de três países da Europa Central (Polônia, República Tcheca e Hungria). Em uma segunda fase, encerrada em 2004, ingressaram Bulgária, Romênia, Estônia, Lituânia, Letônia, Eslováquia e Eslovênia. Em 1º de abril de 2009, Croácia e Albânia aderiram oficialmente à Aliança. Apesar da oposição da Rússia, logo depois os dirigentes da organização decidiram que Geórgia e Ucrânia passariam a fazer parte da Otan, na condição de parceiros. Em 2017, foi a vez de Montenegro se associar, e, em 2020, a Macedônia do Norte completou seu processo de adesão.

O alargamento do bloco ocidental aprofunda a influência estratégica estadunidense no continente europeu. Simultaneamente, cresce a influência da Alemanha como principal parceiro econômico dos ex-países socialistas. Os investimentos diretos alemães reconstituem, na periferia imediata formada pela Polônia, República Tcheca, Eslováquia, Hungria e Eslovênia, um espaço centro-europeu que tinha sido desfeito pela Cortina de Ferro.

A Guerra Fria, que teve início logo após a Segunda Guerra Mundial, dividiu o mundo em dois polos antagônicos e marcou a disputa entre Estados Unidos e União Soviética pela hegemonia política. Na foto, a população alemã comemora a queda do Muro de Berlim (Alemanha, 1989).



Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

PATRICK PLEU/AMINA-RAPPHOTO/GETTY IMAGES

1. Es-
tá
2. Un-
se
3. Un-
de
ad-

Os
Está
islâ

1949

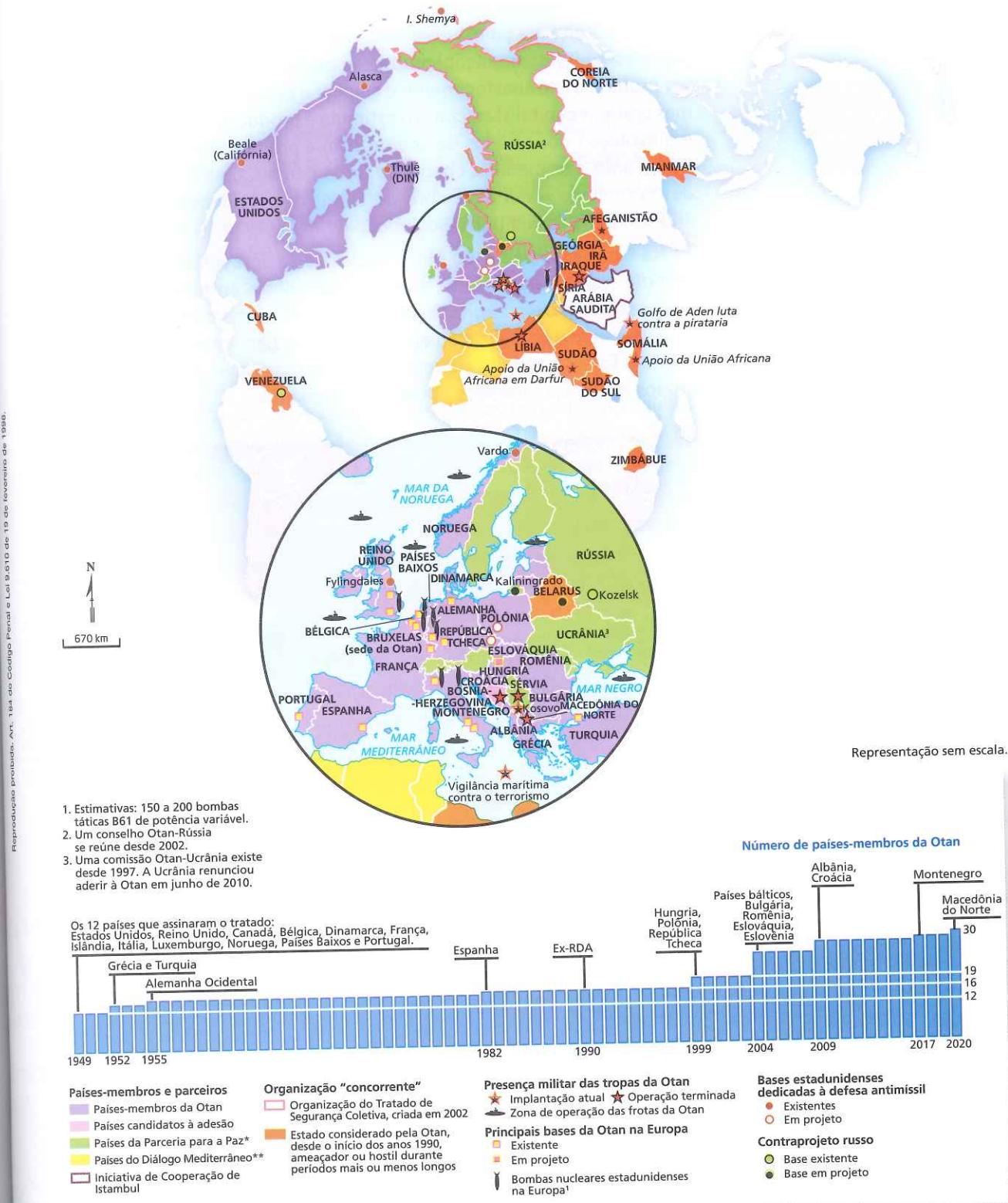
País

1949

* Prog

** Fóru

ALARGAMENTO DA OTAN - 1949-2019



Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

O fim da URSS e a transição para o capitalismo

Em 1985, teve início na URSS uma onda de profundas mudanças políticas e econômicas. No campo da política, a *glasnost* (transparência) promoveu a abertura do regime, permitindo liberdade de expressão, eleições livres e maior autonomia para as repúblicas que a integravam. Na economia, a *perestroika* (reestruturação) proporcionou reformas com o intuito de resolver problemas de abastecimento e ampliar a produtividade adotando algumas práticas capitalistas, como o estímulo à produção de bens de consumo e a evolução dos salários de acordo com a produtividade do trabalhador. No entanto, tais medidas chegaram tarde demais, pois o sistema já estava desmoronando – em dezembro de 1991, os presidentes das repúblicas anunciaram o fim da União Soviética.

Na Europa, os países do bloco socialista se aproveitaram da liberdade proporcionada pela *glasnost* e pela *perestroika* e entraram em uma fase de *transição para o capitalismo*, adotando medidas como a privatização de empresas e a liberalização econômica. Com isso, importantes indústrias estatais foram vendidas para grandes transnacionais europeias ou para grupos nacionais formados por novos milionários.

Jovens carregam faixas e cartazes durante manifestação em Varsóvia, Polônia. Foto de 2019. Organizações polonesas antirracistas e antifascistas se manifestaram contra as políticas anti-imigratórias do então primeiro-ministro Mateusz Morawiecki.



ROBERT PASTRYK/ALAMY/FOTOARENA

Os p
práticas
escolhi
política
graçã
desses
na frag

Em u
levou a
sempre
da crin
maiori
começ
capital
Eslovê
Romêni

No
demo
Polôn
à dem
uma v
sobre
sivas
do go

An
União
imigr
ident
ção n
aram
o obj

Os países do Leste Europeu também passaram a adotar, entre outras práticas, a propriedade privada e a **economia de mercado**. Mas o caminho escolhido apresentou muitas dificuldades. Esses países passaram por crises políticas que culminaram com o abandono brusco do socialismo e a integração à economia mundial de forma bastante desorganizada. Em alguns desses países, como na Iugoslávia, guerras e conflitos sangrentos resultaram na fragmentação em sete novos países.

Em um primeiro momento, esse processo de desorganização econômica levou a transferências ilegais e pilhagem de recursos, provocando desemprego em massa, crescimento da pobreza, marginalização e aumento da criminalidade. A recessão econômica acentuou as desigualdades na maioria dos países que constituíam o bloco. Gradativamente, a região começou a ser incorporada nas fronteiras estratégicas da economia capitalista. Em 2004, Hungria, Polônia, República Tcheca, Eslováquia e Eslovênia aderiram à União Europeia; em 2007 foi a vez da Bulgária e da Romênia; em 2013, da Croácia.

No plano político, a maior parte desses países conquistou regimes democráticos, mas, em alguns deles, especialmente na Hungria e na Polônia, a concentração de poder no Executivo paira como uma ameaça à democracia. Na Hungria, essa concentração se expressou por meio de uma vasta revisão constitucional que aumentou o controle do governo sobre o sistema judiciário e sobre a mídia. Na Polônia, desde 2015, sucessivas reformas do sistema judiciário vêm ampliando o controle do partido de governo sobre a composição de conselhos e tribunais de justiça.

Ambos os países se opõem ao plano de distribuição de refugiados da União Europeia e têm se mostrado abertamente hostis à recepção de imigrantes, que, de acordo com seus governantes, ameaçam dissolver a identidade cultural da Europa. Em 2015, a Hungria, que possuía a legislação mais restritiva da Europa sobre o direito de asilo, ergueu uma cerca de arame farpado de centenas de quilômetros na fronteira com a Sérvia com o objetivo de conter os fluxos de imigrantes.

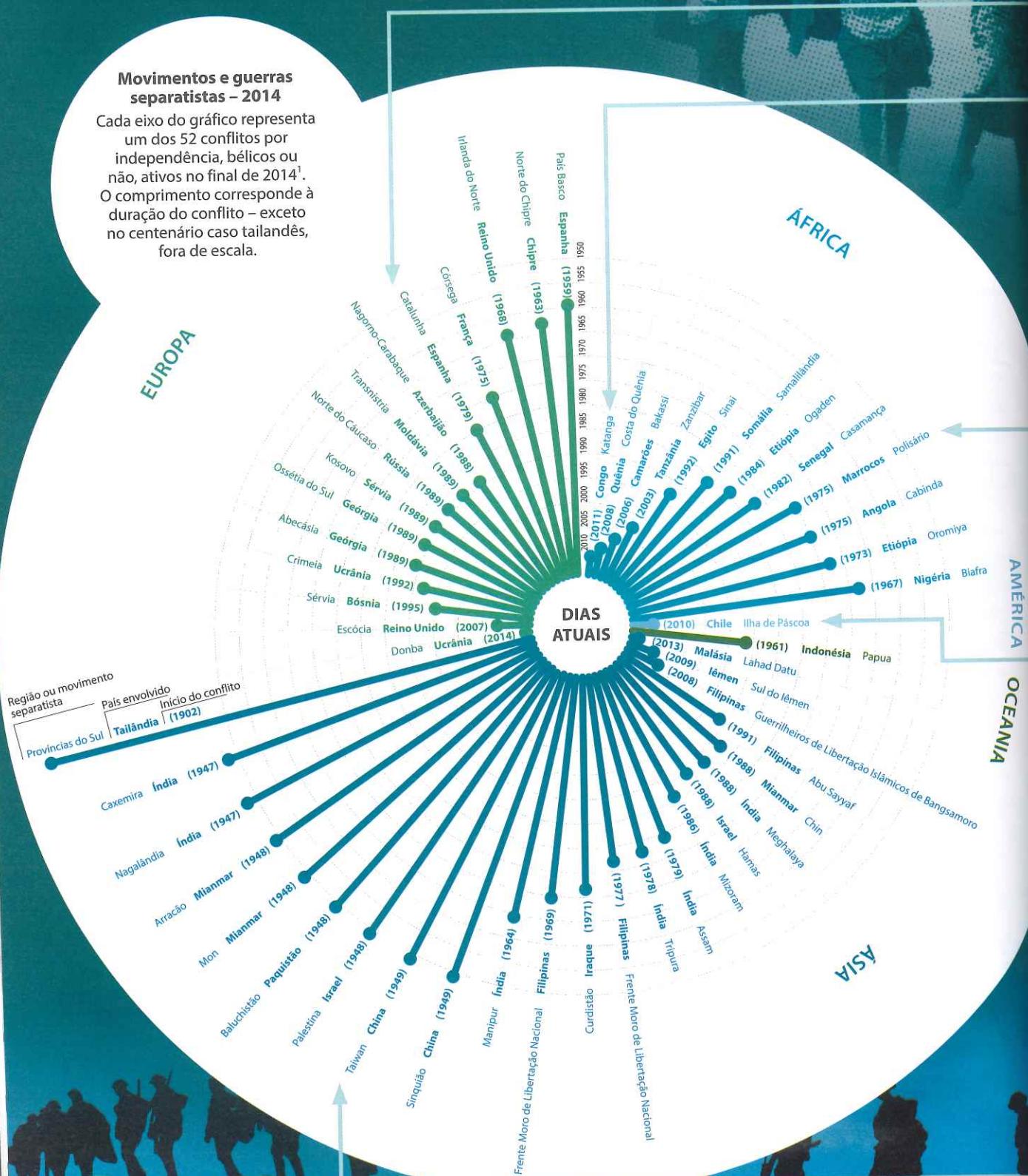
● Questões de revisão

1. O que foi o Plano Marshall?
2. O que significou a ordem bipolar?
3. Qual foi a importância da queda do Muro de Berlim?

Infográfico

Conflitos separatistas

Ao longo da história, as fronteiras políticas sofreram constantes alterações e, ainda hoje, há movimentos e guerras separatistas que podem reconfigurar os limites territoriais dos Estados nacionais.



Catalunha

É uma das regiões mais ricas da Espanha, tem idioma próprio e certa autonomia em relação ao governo espanhol. A luta pela separação ganhou força após a ditadura de Francisco Franco (1939-1977) e é orientada por motivos históricos, económicos e identitários.

Katanga

A riqueza mineral do Katanga, região situada ao sul da República Democrática do Congo, e as rivalidades étnicas são fatores que motivam o separatismo. Desde 2011, o movimento Kata-Katanga promove ações militares contra as forças nacionais e as forças de paz da ONU.

Polisário

Os povos saraís passaram a exigir a independência do Marrocos após a anexação por esse país do Saara Ocidental, antigo território colonial espanhol. A ONU reconhece a Frente Polisário como representante dos saraís, que também têm populações na Argélia e Mauritânia.

Ilha de Páscoa

Os povos nativos da Ilha de Páscoa, conhecidos como Rapa Nui, exigem independência do governo chileno, que anexou a ilha em 1888. Alegam que tanto o governo quanto os novos habitantes chilenos se apropriaram de suas terras e estariam causando a erradicação da cultura local.

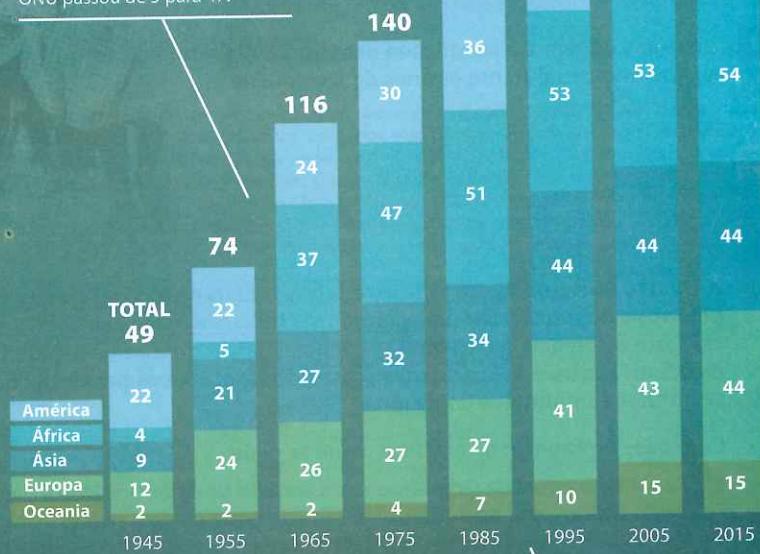
Taiwan

Parte dos opositores da Revolução Chinesa, derrotados em 1949, se refugiou na ilha Taiwan, formando um governo autônomo com sistema de livre mercado. Recentemente, a China apresentou proposta para reanexar a ilha, mas há forte resistência em Taiwan.

Países-membros da ONU, por região – 1945-2015

Desde a fundação da ONU em 1945, o número de países-membros da organização tem se ampliado, chegando a 193 países-membros independentes em 2011, ano da adesão do Sudão do Sul.

O grande movimento de adesão entre as décadas de 1960 e 1970 está associado ao reconhecimento da ONU no plano internacional, mas também ao processo de descolonização. Entre 1955 e 1975, o número de países africanos na ONU passou de 5 para 47.



O salto do número de membros europeus mostra outro processo de mudanças políticas com o fim da Guerra Fria e a adesão das ex-repúblicas soviéticas à ONU.

• Questões

- Quais são os dois continentes que tiveram mais conflitos separatistas?
- De acordo com as informações deste infográfico, cite os dois conflitos mais recentes.

Fontes: ¹The Heidelberg Institute for International Conflict Research. *Conflict barometer*. Heidelberg: HIIG, 2015. Disponível em: <<https://hiik.de/conflict-barometer/bisherige-ausgaben/?lang=en>>. Acesso em: maio 2021; Organização das Nações Unidas. *Lista de países-membros*. Disponível em: <<https://www.un.org/en/about-us/growth-in-un-membership#2000-Present>>. Acesso em: maio 2021.

